

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

1 **Data:** 01 de Dezembro de 2016.

2 **Hora:** 14h30min.

3 **Local:** Sala de reuniões da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES), no
4 2º andar do Edifício Anexo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5 Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala de
6 reuniões da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES), no 2º andar do
7 Edifício Anexo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em Brasília – DF, realizou-
8 se a trigésima terceira Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante
9 (CDFMM), com a presença dos seguintes conselheiros:

- 10 I. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil:
11 **Dino Antunes Dias Batista**, conselheiro titular, Presidente do CDFMM.
- 12 II. Casa Civil da Presidência da República:
13 **William Baghdassarian**, conselheiro titular.
- 14 III. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:
15 **Celso Knijnik**, conselheiro suplente.
- 16 IV. Ministério da Fazenda:
17 **Maria Carmozita Bessa Maia**, conselheira suplente.
- 18 V. Marinha do Brasil:
19 **Fábio Rogério Leite de Souza**, conselheiro suplente.
- 20 VI. Banco Nacional de Desenvolvimento Social:
21 **Luis André Sá D'Oliveira**, conselheiro suplente.
- 22 VII. Banco do Brasil:
23 **Jorge Rintaro Teramura**, conselheiro suplente.
- 24 VIII. Confederação Nacional dos Metalúrgicos:
25 **Edson Carlos Rocha da Silva**, conselheiro suplente.
- 26 IX. Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial do Estado do Amazonas – SINDARMA:
27 **José Rebello III**, conselheiro suplente.
- 28 X. Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima – SYNDARMA:
29 **Hugo Pedro de Figueiredo**, conselheiro titular.
- 30 XI. Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore –
31 SINAVAL:
32 **Arioaldo Santana da Rocha**, conselheiro titular.

33 Os seguintes órgãos enviaram representantes na qualidade de ouvinte, quais sejam:

34 I. Petrobrás:

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

35 **Sérvio Túlio da Rosa Tinoco**, Gerente Executivo de Finanças TP/DFIN/GEFIN –
36 TRANSPETRO.

37 II. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços:
38 **Luiz Miguel B. Falcão**, Coordenador Geral Naval.

39 Registrou-se a presença da Sra. **Helena Cristina Dill** (Gerente de Projetos da
40 Secretaria do Tesouro Nacional/MF) e do Sr. **Leandro B. Villar** (Gerente do BNDES), ambos
41 sem designação formal de seus órgãos, e ainda do Sr. **Luís Fernando Resano**, conselheiro
42 suplente do SYNDARMA, da Sra. **Laira Vanessa Lage Gonçalves**, Diretora do Departamento
43 da Marinha Mercante e conselheira suplente do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação
44 Civil, e do Sr. **Carlos Eduardo Macedo**, conselheiro suplente do SINAVAL, no entanto, os
45 referidos Conselheiros suplentes sem direito a voto, tendo em vista o estabelecido no § 1º do
46 art. 8º do Regimento Interno do CDFMM, previsto na Portaria MT nº 11, de 6 de janeiro de
47 2016.

48 Pelo Departamento da Marinha Mercante participaram da reunião o Sr. **Maurício**
49 **Drummond Uzeda**, Gerente de Projeto, a Srª. **Tatiana Paranhos Cerqueira De Macau**,
50 Gerente de Projeto, o Sr. **Cléber Martinez**, Analista de Infraestrutura, o Sr. **Sean Bittencourt**
51 **Lacerda**, Analista de Infraestrutura, o Sr. **Marcelo Binenbojm**, Analista de Infraestrutura, e o
52 Sr. **Américo Ferreira Junior**, Analista de Infraestrutura.

53 Na qualidade de convidados pelo Presidente do CDFMM para exposição de projeto,
54 participaram da reunião os senhores **Celso Luiz Pereira de Souza**, **David John Saginaw** e
55 **Armando Freigero Rodrigues Filho**.

56 PAUTA DA REUNIÃO

57 ✓ APROVAÇÃO DA ATA DA 32ª RO

58 ✓ FLUXO DE CAIXA

59 ✓ DELIBERAÇÕES

60 ✓ Projetos novos

61 ✓ Suplementação

62 ✓ Reapresentação – 120 dias

63 ✓ *Ad referendum*

64 ✓ INFORMES GERAIS

65 ✓ Informe de cancelamento de prioridades

66 ✓ Informe sobre conclusões do BASA relativas ao financiamento com
67 recursos do FNO pela empresa Francis José Chehuan

68 ✓ AGENDAMENTO DA 34ª RO

69 O Presidente do CDFMM, Sr. **Dino Batista**, após a verificação do quorum, iniciou a
70 reunião, passando ao primeiro item da pauta.

71 ✓ APROVAÇÃO DA ATA DA 32ª RO REALIZADA EM 25/08/2016

72 O Presidente do CDFMM, perguntou aos Conselheiros se tinham correções a fazer
73 sobre a minuta da ata encaminhada por email. Acolheu sugestão de alteração de grafia e
74 submeteu a ata à aprovação. Após aprovação, solicitou à Diretora **Laira Vanessa** que

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

75 relatasse o próximo item da pauta.

76 ✓ **FLUXO DE CAIXA**

77 A Diretora **Laira Vanessa** informou que revisitou os desembolsos com base nos
78 dados realizados até o momento e a previsão do que ainda será liberado em dezembro deste
79 ano, o que resultou em uma estimativa de desembolso de R\$ 3,8 bilhões em 2016. Destacou
80 que este valor é menor que o do ano passado que foi de R\$ 4,4 bilhões, o que decorre da
81 conclusão diversas obras e a redução dos pleitos de projetos ao CDFMM decorrente da crise.
82 Informou que no fluxo considerou-se R\$ 228 milhões para pagamento do ressarcimento e
83 incentivo em 2016, dos quais já foram efetivamente pagos R\$ 148 milhões. Relatou que foi
84 obtido recurso adicional de R\$ 80 milhões para estes pagamentos que seriam feitos em
85 dezembro e a possibilidade de se conseguir limite de pagamento adicional, o que viabilizaria o
86 pagamento de todo o orçamento do ano para estes incentivos.

87 O Presidente **Dino Batista** ressaltou que a Diretora **Laira Vanessa** vem, de forma
88 permanente, atuando, no âmbito do Governo, e que ambos têm feito gestões junto à Receita
89 Federal e ao Tesouro Nacional visando quitar os direitos ao ressarcimento até maio/14 de
90 responsabilidade do DMM bem como para conseguir o pagamento dos direitos após esta data
91 por parte da Receita.

92 Relatou ainda o Presidente que se têm obtido algumas vitórias, dentre as quais a
93 solução jurídica obtida junto à Receita referente à aceitação da certidão positiva com efeitos de
94 negativa. Outras reuniões foram realizadas visando viabilizar recursos financeiros para que o
95 Ministério dos Transportes possa pagar o incentivo à formação de frota devido, tendo o assunto
96 sido levado à Casa Civil, onde houve reunião coordenada pelo Dr. Daniel Sigelmann. O
97 Conselheiro **Hugo Pedro de Figueiredo** reconheceu, em nome da navegação, o esforço que a
98 Diretora **Laira Vanessa** tem feito, bem como todo o conjunto do Ministério dos Transportes, no
99 sentido de solucionar esta pendência, que vem se arrastando há muitos anos, solicitou o
100 registro em ata desse reconhecimento, pedido endossado e reforçado pelo representante do
101 SINDARMA, o Conselheiro **José Rebelo III**.

102 Na sequência, a Diretora **Laira Vanessa** informou que a Receita Federal pagou R\$ 44
103 milhões até o mês anterior de ressarcimento, e que o FMM reservou mais R\$ 300 (trezentos)
104 milhões no fluxo de caixa para que a Receita Federal proceda ao pagamento ainda em 2016. E
105 que teve naquela semana em reunião na Casa Civil coordenada pelo Secretário Executivo,
106 onde o Sr. Ricardo de Souza Moreira, Coordenador Especial de Ressarcimento, Compensação
107 e Restituição da Receita Federal informou que: a) ainda faria pagamentos neste ano sem
108 precisar valor; b) que estava confirmado o compromisso do Secretário da Receita Federal, Sr.
109 Jorge Antonio Deher Rachid, de solucionar a questão do pagamento de forma parametrizada,
110 já que, por falta de recursos da Receita o sistema somente será contratado em 2018; que a
111 solução do Secretário da Receita de criação de força tarefa específica para apuração dos
112 processos de ressarcimento está confirmada, e que já foi convocada equipe de auditores das
113 unidades regionais da Receita para realizar esse trabalho, para que até julho de 2017 sejam
114 feitos os pagamentos da maior parte dos processos de ressarcimento solicitados após maio de
115 2014, quando os pleitos passaram a ser de responsabilidade da RFB.

116 A Diretora relatou que as previsões foram incluídas até o ano de 2020, que o fluxo
117 mostra queda substancial dos desembolsos a partir de 2019, que advém do fato de a crise
118 reduziu a demanda por novas construções nos estaleiros. Destacou que a projeção da receita
119 do AFRMM já inclui o impacto do aumento do percentual da Desvinculação das Receitas da
120 União (DRU) de 20% para 30% bem como a perspectiva de baixo crescimento econômico e a
121 manutenção do AFRMM conforme legislação vigente.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

122 A pedido do Conselheiro **Hugo Pedro de Oliveira**, a Diretora **Laira Vanessa** informou
123 que irá encaminhar a apresentação do Fluxo de Caixa aos Conselheiros.

124 ✓ DELIBERAÇÕES

125 **Projetos Novos, Suplementação, Reapresentação – 120 dias e Ad Referendum**

126 A Diretora **Laira Vanessa** destacou que a reunião continha uma quantidade de
127 projetos e valor no mesmo patamar anterior à crise. Informou que os projetos novos
128 representaram R\$ 6,4 bilhões (valor solicitado) de R\$5,4 bilhões (valor alternativo proposto
129 pelo DMM) enquanto as suplementações totalizaram R\$133 milhões, sendo os demais de
130 reapresentação de projetos que já se encontravam no fluxo de caixa.

131 ✓ **Projetos Novos**

132 O **primeiro** pleito de concessão de prioridade de apoio financeiro submetido à
133 apreciação do CDFMM relatado pela Diretora **Laira Vanessa**, foi da postulante AGEMAR
134 TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA, para construção de 01 (uma) embarcação de
135 transporte de derivados de petróleo, granéis líquidos e carga geral na rota entre Recife e
136 Fernando de Noronha, sendo o estaleiro construtor o Joel Santos, localizado em
137 Navegantes/SC, no valor total solicitado de R\$ 7,8 milhões e alternativo proposto de R\$ 6,9
138 milhões após glosas de acordo com o Normativo Critério de Análise do DMM. A Diretora **Laira**
139 **Vanessa** informou que a embarcação destina-se ao transporte de derivados de petróleo,
140 granéis líquidos e carga geral na rota entre Recife e Fernando de Noronha, que o estaleiro
141 construtor não possui histórico de obras financiadas com recurso do FMM e que o estaleiro foi
142 visitado por técnico do DMM.

143 A Diretora acrescentou que a empresa AGEMAR já atua com uma embarcação menor
144 que será substituída pela nova embarcação com maior capacidade, e que a embarcação
145 menor será usada para transporte de carga geral. Salientou que atualmente a empresa faz
146 revezamento de cargas usando a mesma embarcação: transportando líquido em uma semana
147 e granel sólido na outra. Adicionou que a AGEMAR objetiva utilizar a nova embarcação para
148 derivados de petróleo, reduzindo o número de viagens pela maior capacidade da nova
149 embarcação.

150 O Presidente **Dino Batista** colocou o projeto em votação, o qual foi aprovado por
151 unanimidade dos conselheiros presentes com direito a voto.

152 O **segundo** pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa**, foi o projeto da BRASIL
153 BASIN DRYBOCK COMPANY INVESTIMENTOS EM ESTALEIRO LTDA, com valor total
154 solicitado de R\$ 2.669,8 milhões e valor alternativo proposto de R\$ 2.153,3 milhões, tendo sido
155 objeto da glosa: itens com valores comprovados abaixo do valor orçado; itens sem
156 comprovação e itens não financiáveis. Trata-se da construção do estaleiro de reparos em
157 Pedra do Ingá em Lucena, Paraíba. A Diretora **Laira Vanessa** relatou a composição acionária
158 da postulante, constituída em julho/2016. Relatou também que no plano de negócio a empresa
159 informou ter identificado um nicho de mercado para instalação do estaleiro no Brasil para
160 reparo de navios petroleiros, graneleiros e porta-contêineres que atuam no mercado
161 internacional e transitam na costa do Brasil, e que o plano não conta com reparo da frota
162 mercante nacional, embora possa também fazê-los. A Diretora também relatou que a empresa
163 informou já ter licença ambiental prévia e apresentou o fluxo de embarcações que passam na
164 costa brasileira e salientou ser este o mercado que a empresa postulante almeja.

165 Após discussão dos Conselheiros sobre a viabilidade do projeto e as especificidades
166 dos estaleiros de reparos comparativamente aos de construção, os representantes da empresa

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

167 foram convocados e o Presidente do Conselho **Dino Batista** pediu-lhes que apresentassem o
168 projeto.

169 O Sr. Celso Luiz Pereira de Souza fez a apresentação do projeto durante 20 (vinte)
170 minutos, aproximadamente. Após nova discussão, houve aprovação do projeto pelos seguintes
171 Conselheiros com direito a voto: Presidente do Conselho, **Dino Batista**, os Conselheiros
172 **Edson Carlos R. da Silva, Hugo Pedro de Figueiredo, Jorge Rintaro Teramura, Maria**
173 **Carmozita Bessa Maia, Luis André Sá D'Oliveira, William Baghdassarian, Fábio Rogério**
174 **L. de Souza, e Celso Knijnik**. Abstiveram-se de votar os Conselheiros **Ariovaldo Santana da**
175 **Rocha e José Rebelo III**.

176 O **terceiro** pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa** foi o projeto da
177 INTERNACIONAL MARÍTIMA LTDA para construção de 2 (duas) embarcações do tipo
178 Catamarã de passageiros sendo o valor solicitado de R\$ 7,6 milhões e o valor alternativo
179 proposto pelo DMM de R\$6,5 milhões após glosas de acordo com o Normativo Critério de
180 Análise do DMM. As embarcações destinam-se a atender ao Contrato de Concessão de
181 Serviço Público de Transporte Hidroviário de Navegação Marítima de Passageiros e Veículos
182 na Baía de Todos os Santos (BA). O estaleiro construtor é o Bate Vento – Embarcações
183 Artesanais Ltda, localizado em São Luís (MA), pertencente ao mesmo grupo econômico da
184 postulante, havendo contrato já firmado entre as partes. O Presidente do CDFMM colocou
185 então o pleito em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes
186 com direito a voto.

187 O **quarto** pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa**, foi o projeto da MARLIN
188 NAVEGAÇÃO S.A. para a docagem e reparo de 03 (três) embarcações de apoio marítimo,
189 sendo 2 (duas) do tipo PSV – UT 755L e 01 (uma) do tipo AHTS 15.000, no valor solicitado de
190 R\$ 12,8 milhões e valor alternativo proposto de R\$ 10,6 milhões, após glosas de acordo com o
191 Normativo Critério de Análise do DMM. O projeto visa atender às normas para manutenção de
192 classe. O estaleiro executor escolhido é o Renave – Empresa Brasileira de Reparos Navais
193 S.A., localizado em Niterói (RJ). As embarcações a serem reparadas são: Skandi Flamengo,
194 casco PRO - 06, entregue em 31/07/03; Skandi Leblon, casco PRO – 08, entregue em
195 17/02/04; e Skandi Copacabana, casco EIS – 479, entregue em 13/06/05, todas construídas
196 com financiamentos com recursos do FMM. O Presidente do Conselho colocou o pleito em
197 votação, que foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes com direito a voto,
198 exceto o Conselheiro **José Rebelo III** do Sindarma, que se absteve impedir situação de
199 potencial conflito de interesse.

200 O **quinto** pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa**, foi o projeto da empresa
201 MARLIN NAVEGAÇÃO S.A. para conversão de uma embarcação de apoio marítimo PSV – UT
202 755L em ORSV – Skandi Flamengo com valor solicitado de R\$ 17,6 milhões e valor alternativo
203 proposto de R\$ 15,1 milhões, após glosas de acordo com o Normativo Critério de Análise do
204 DMM. Pela instalação de equipamentos a embarcação será convertida em OSRV, embarcação
205 que é utilizada para recuperação de óleo derramado no mar. O estaleiro executor dos serviços
206 é o Renave – Empresa Brasileira De Reparos Navais S.A., localizado Em Niterói (RJ). O
207 Presidente do Conselho colocou então o pleito em votação, que foi aprovado por unanimidade
208 dos conselheiros presentes com direito a voto, exceto o Conselheiro **José Rebelo III** do
209 Sindarma, que se absteve para impedir situação de potencial conflito de interesse.

210 O **sexto** pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa**, foi o projeto da empresa
211 NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA para reforma e modernização de 02 (duas) embarcações do
212 tipo rebocador/empurrador denominados “*Cygnus*” e “*Guaíba*”, com potência de 1.400 BHP e
213 1.680 BHP respectivamente, com valor solicitado de R\$ 5,6 milhões e valor alternativo proposto
214 de R\$ 5,1 milhões, após glosas de acordo com o Normativo Critério de Análise do DMM. O

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

215 projeto visa o reparo e modernização das embarcações para o emprego no transporte de
216 cargas de granéis sólidos (soja, trigo, fertilizantes, etc) e carga geral não containerizada (fardos
217 de celulose e madeira) nas hidrovias da Bacia do Sul. O estaleiro executor é NAVEGAÇÃO
218 ALIANÇA LTDA situado no município de Taquari (RS), pertencente à empresa e dedicado ao
219 atendimento de suas próprias necessidades de manutenção e construção. A Diretora **Laira**
220 **Vanessa** esclareceu que a postulante comprou essas embarcações da Wilson Sons e está
221 fazendo a reforma/modernização. O Presidente do Conselho colocou então o pleito em
222 votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes com direito a voto.

223 O sétimo pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa**, foi o projeto da empresa
224 NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA para construção de 03 (três) barcaças graneleiras, sem
225 propulsão própria, com estrutura metálica com casco simples, composta por 3 (três) porões de
226 carga e superestrutura coberta, com capacidade de carregamento de 4.000 toneladas, com
227 valor solicitado de R\$ 32,1 milhões e o valor alternativo proposto é de R\$ 27,2 milhões, após
228 glosas de acordo com o Normativo Critério de Análise do DMM. Depois de construídas as
229 embarcações serão utilizadas no transporte de cargas de granéis sólidos (soja, trigo,
230 fertilizantes, etc) e carga geral não containerizada (fardos de celulose e madeira) nas hidrovias
231 da Bacia do Sul. O estaleiro executor é o EJS EIRELI-ME, localizado em Navegantes (SC),
232 conhecido como Joel Santos, que possui área de 20.000 m², capacidade de processamento de
233 aço de 3.000 toneladas por ano e emprega atualmente 60 pessoas. A Diretora **Laira Vanessa**
234 esclareceu que essas 3 (três) barcaças serão usadas juntamente com os empurradores do
235 pleito anterior da mesma empresa, no transporte de cargas de granéis sólidos e carga geral
236 não containerizada nas hidrovias da Bacia do Sul. O Presidente do Conselho colocou então o
237 pleito em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes com
238 direito a voto.

239 O oitavo pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa** foi o projeto da empresa
240 SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A., para manutenção e reparo de 12
241 (doze) embarcações tipo rebocador azimuthal, sendo 7 (sete) de 45 TTE (toneladas de tração
242 estática), 2 (duas) de 54 TTE, 3 (três) de 70 TTE, com valor solicitado de R\$ 32,5 milhões e
243 valor alternativo proposto de R\$ 30,5 milhões, após glosas de acordo com o Normativo Critério
244 de Análise do DMM. O projeto visa atender às normas para manutenção de classe. O estaleiro
245 executor dos serviços é o Wilson Sons, localizado em Guarujá (SP). O Presidente do Conselho
246 colocou então o pleito em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos conselheiros
247 presentes com direito a voto.

248 A Diretora **Laira Vanessa** solicitou e o Presidente **Dino Batista** concordou que se
249 passasse às suplementações e posteriormente se retornasse ao pleito de concessão de
250 prioridade da South American Tanker Company Navegação S.A (SATCO).

251 ✓ Suplementação

252 O nono pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa**, foi da EMPRESA BRASBUNKER
253 PARTICIPAÇÕES S/A de suplementação da construção de 2 (duas) embarcações do tipo
254 OSRV – 750 (cascos 20 e 21) e de 1 (uma) embarcação do tipo PSV 4500 (casco 11), já
255 concluídas e entregues, com valor solicitado de R\$ 31,9 milhões e valor alternativo proposto de
256 R\$ 22,6 milhões após glosas de acordo com o Normativo Critério de Análise do DMM. As
257 justificativas para a solicitação de suplementação foram o aumento dos custos de produção em
258 relação ao aumento do valor unitário da mão de obra da maior quantidade de horas-homem
259 (HH) por embarcação. As embarcações são utilizadas para operar no apoio às atividades
260 marítimas de produção e de perfuração na Plataforma Continental Brasileira e foram entregues
261 nas seguintes datas: PSV 4500, em 08/12/15; OSRV 750 – Casco SM 20, em 13/08/14; e
262 OSRV 750 – Casco SM 21, em 19/01/15, tendo sido construídas no estaleiro Navegação São

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

263 Miguel Ltda, pertencente ao grupo Bravante. O Presidente do Conselho colocou o pleito em
264 votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes com direito a voto.

265 O **décimo** pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa**, foi da PETROBRÁS
266 TRANSPORTE S/A, Transpetro, de suplementação da construção das seguintes embarcações:

267 1) Seis embarcações para transporte de petróleo bruto do tipo PETROLEIRO SUEZMAX
268 (cascos EAS-001, EAS-003, EAS-004, EAS-005, EAS-006 e EAS-007), construídas no
269 Estaleiro Atlântico Sul e entregues, respectivamente, em 25/05/12, 16/12/13, 11/12/14,
270 08/04/15, 02/09/15 e 08/12/15, com valor total solicitado de R\$ 69,8 milhões, sem glosas.

271 2) Uma embarcação para transporte de óleo cru e produtos claros e escuros do tipo
272 PANAMAX (casco EI-511) construída no Estaleiro EISA PETRO UM e entregue em
273 30/12/2014, com valor solicitado de R\$ 12,0 milhões, sem glosas.

274 3) Quatro embarcações para transporte de produtos claros do tipo NAVIOS DE
275 PRODUTOS (cascos M-199, M-200, M-203 e M-204), construídas no Estaleiro Mauá
276 Jurong S.A e entregues respectivamente, em 25/11/11, 09/09/12, 17/01/13 e 14/01/14,
277 com valor total solicitado de R\$ 25,7 milhões e alternativo proposto de R\$ 24,4 milhões,
278 com glosa relativa ao casco M-200 de acordo com o Normativo Critério de Análise do
279 DMM.

280 A justificativa da postulante para a suplementação é a variação de preços ocorrida
281 devido à grande defasagem de tempo entre o orçamento e a realização das obras, uma vez
282 que a parcela do financiamento contratada em reais ficou sem atualização deste a data do
283 orçamento. O Conselheiro **Hugo Pedro de Figueiredo** questionou a Diretora **Laira Vanessa**
284 se tendo já havido suplementação se poder haver outra referente a uma embarcação já
285 entregue, e se a suplementação é solicitada exclusivamente pela Transpetro ou também pelo
286 estaleiro construtor. O Presidente do Conselho colocou então o pleito em votação, tendo sido
287 aprovado pelos conselheiros presentes com direito a voto, exceto o Conselheiro Luis André,
288 que se absteve de votar.

289 ✓ **Reapresentação de Projetos - 120 dias**

290 O **décimo primeiro** pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa**, foi a reapresentação
291 com pedido de extensão de prazo para contração por mais 120 dias, do projeto da BRAM
292 OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, para construção de 06 (seis) embarcações
293 tipo PSV 4500 (NAV-145, NAV-146, NAV-147, NAV-148, NAV-149 e NAV-150) no valor de R\$
294 1.014 milhões, tendo a prioridade expirada em 01/09/2016 sem que houvesse a contratação do
295 projeto. O estaleiro construtor é o NAVSHIP LTDA, localizado em Navegantes (SC), sendo as
296 embarcações objeto de licitação da Petrobrás, cuja contratação foi aprovada na 7ª rodada do
297 3º Programa de Renovação da Frota de Embarcações de Apoio Marítimo (Prorefam).

298 O projeto foi objeto de apreciação pelo CDFMM para e seu último pedido de
299 renovação da prioridade foi concedido pela Resolução CDFMM nº 144, de 01/10/15. Foi
300 solicitado ao DMM parecer substitutivo para atualização do valor do projeto devido à variação
301 cambial do real frente ao dólar norte-americano entre o período da primeira prioridade e a data
302 daquela reunião, em abril de 2016.

303 O BNDES, por meio da Carta AIB/DEGAP, nº 184/2016, de 26/08/16, para subsidiar o
304 pleito de nova prioridade pelo prazo de 120 dias informou ao CDFMM que está atuando no
305 financiamento da metade do projeto em tela, e que o crédito para 03 (três) das 06 (seis)
306 embarcações encontra-se enquadrado e em fase de análise pelos comitês decisórios, e a
307 estimativa para contratação é de até 120 dias. O Banco do Brasil, por meio da carta da Agência
308 Corporate Rio (RJ) s/nº, de 28/10/2016, informou ao CDFMM que está atuando na contratação

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

309 de 03 (três) embarcações das 06 (seis) do projeto, e que o crédito encontra-se em fase de
310 análise pelos comitês decisórios e a estimativa para contratação é de até 120 dias.

311 O Presidente do Conselho colocou então o pleito em votação, tendo sido aprovado por
312 unanimidade dos conselheiros presentes com direito a voto.

313 O **décimo segundo** pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa**, foi da empresa
314 ESTALEIRO NAVSHIP, para CONSTRUÇÃO DE ESTALEIRO DE REPARO no valor priorizado
315 de R\$ 294,4 milhões, no município de São João da Barra (RJ) em uma área de 110,2 mil m² e
316 5,8 mil m² de área construída destinada a docagem e reparo de embarcações da empresa de
317 navegação BRAM constituinte do mesmo grupo. A postulante obteve prioridade de apoio
318 financeiro pela Resolução CDFMM 144, de 01/10/15.

319 O BNDES, por meio da carta nº AIB/DEGAP nº 217/2016, de 30/09/16, visa subsidiar
320 o pleito da postulante de nova prioridade pelo prazo de 120 dias, relatando aquele agente
321 financeiro que a empresa postulante não entregou toda a documentação necessária para
322 análise, e este novo prazo é necessário para que se conclua o processo de contratação do
323 financiamento.

324 O Presidente do Conselho colocou então o pleito em votação, tendo sido aprovado por
325 unanimidade dos conselheiros presentes com direito a voto.

326 Nesse momento a Diretora **Laira Vanessa** solicitou que se retornasse ao pleito de
327 concessão de prioridade da empresa South American Tanker Company Navegação S.A.
328 (SATCO) concluindo os projetos para deliberação, para em seguida tratarem dos projetos
329 submetidos à Ad Referendum.

330 ✓ **Projeto Novo**

331 O **décimo terceiro** pleito relatado pela Diretora **Laira Vanessa**, foi da empresa
332 SOUTH AMERICAN TANKER COMPANY NAVEGAÇÃO S.A. (SATCO) para construção de 05
333 (cinco) navios Suezmax dotados de posicionamento dinâmico 2 (DP 2) com valor solicitado de
334 R\$ 3.565 milhões e valor alternativo proposto de R\$ 3.177 milhões, após glosas de acordo com
335 o Normativo Critério de Análise do DMM. As embarcações serão utilizadas para navegação de
336 cabotagem para atendimento ao abastecimento da Petrobrás, em complementação à frota da
337 Transpetro. A postulante é subsidiária da Quantum Pacific Shipping Limited, empresa
338 estabelecida na Inglaterra. Possui sede no Brasil para operação de navios para a Petrobrás e
339 outras empresas do setor óleo e gás. O estaleiro construtor é o Atlântico Sul, que já entregou
340 08 navios tipo Suezmax. Possui uma carteira de obras em andamento de 2 (dois) Suezmax, e 5
341 (cinco) Aframax. O Presidente do Conselho colocou então o pleito em votação, tendo sido
342 aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes com direito a voto.

343 O Presidente do CDFMM, **Dino Batista**, constatou concluída a deliberação pelo
344 CDFMM de todos os projetos da pauta e passou ao referendo do Conselho a Resolução
345 CDFMM nº 152, de 11/11/2016, publicada no Diário Oficial da União em 16/11/2016.

346 Não havendo óbices, o Presidente do CDFMM **Dino Batista** passou para os informes
347 gerais.

348 ✓ **INFORMES GERAIS**

349 ✓ **ASGAARD: Utilização de recursos da conta vinculada da CNA**

350 O Presidente do CDFMM **Dino Batista** relatou a solicitação da empresa ASGAARD de
351 avaliação pelo CDFMM. Informou que a empresa não obteve financiamento, mas construiu a
352 embarcação e, na última Reunião Ordinária (RO), o CDFMM aprovou a concessão de

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

353 prioridade de apoio financeiro. A ASGAARD adquiriu a Companhia de Navegação da Amazônia
354 (CNA), que tem recursos na sua conta vinculada, em torno de R\$ 78 milhões, e em janeiro de
355 2017 expirará o prazo de utilização de parte desses recursos, devendo os mesmos retornarem
356 ao FMM. Saliou que há previsão legal para que a ASGAARD, possa utilizar o valor da conta
357 vinculada da CNA, na condição de sua controlada. Após discussão, os Conselheiros
358 entenderam ser necessária a edição de Resolução do CDFMM regulamentando critérios para
359 liberação das contas vinculadas, na forma da competência dada pelo inciso XI do Decreto nº
360 5.269, de 10 de novembro de 2004. Para agilidade do processo, o Presidente informou que,
361 com base nas discussões havidas na reunião, seria elaborada uma minuta de Resolução do
362 CDFMM, a qual, após análise da Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes, seria
363 submetida aos Conselheiros para aprovação ad referendum.

364 O Presidente do CDFMM **Dino Batista** deu prosseguimento à reunião e perguntou ao
365 gerente responsável quais são os próximos informes, passando-se então à expectativa de “ad
366 referendum”.

367 ✓ **Informe sobre pleitos não submetidos a esta RO, com pedido para “Ad**
368 **Referendum”**

369 O Gerente Maurício Drumond Uzeda informou que as empresas Magallanes e Wilson
370 Sons Offshore que fazem parte do grupo Wilson Sons, protocolaram pleito para financiamento
371 de docagem e reparo de embarcações. Entretanto, faltou um elevado percentual de
372 comprovação, e para evitar que o projeto fosse apresentado ao CDFMM com a glosa elevada,
373 a própria empresa optou pela retirada de pauta para reapresentação posteriormente. Como a
374 próxima reunião do CDFMM está prevista para o final de abril e as obras de docagem e reparo
375 são de duração de 1 (hum) a 2 (dois) meses e já estão iniciando, a empresa pediu para que
376 fosse apresentado aos senhores Conselheiros para avaliação “ad referendum”.

377 Relatou que o estaleiro Hermasa tem uma prioridade que teve queda, mas as
378 negociações com o Banco do Brasil prosseguiram e, neste momento, encontram-se em fase
379 adiantada para contratação, razão pela qual já ingressou nos dias anteriores à esta RO o pleito
380 a consulta ao CDFMM por *ad referendum*, visando nova prioridade com prazo de contratação
381 de 120 dias.

382 Prosseguiu informando que a empresa Baru Offshore informou que irá fazer pleito “ad
383 referendum”, considerando o dispositivo que não permite que o CDFMM delibere qualquer
384 projeto que não chegue antes de 60 (sessenta) dias da data da reunião. Relatou ser uma
385 alteração simples e que também é previsto que qualquer alteração de projeto seja submetida
386 ao CDFMM, pois a alteração que a empresa prevê não causa impacto financeiro e foi solicitada
387 pela Petrobrás. Concluiu o Gerente sobre os informes “ad referendum” passando a palavra ao
388 Presidente do CDFMM.

389 ✓ **Audiência Pública**

390 O Presidente **Dino Batista** passou ao Acordo Bi-Lateral Brasil-Chile.

391 ✓ **Acordo Bi-Lateral Brasil-Chile**

392 Informou o **Presidente** que haverá uma reunião, possivelmente, no próximo dia 6
393 (seis) de dezembro, com os demais Ministros envolvidos no assunto e o Ministro dos
394 Transportes pediu ao Presidente do CDFMM **Dino Batista** que o representasse nessa reunião.

395 Relatou que o posicionamento do Ministério dos Transportes (MT) é que o acordo
396 deve ser mantido, por isso, o MT encaminhou para esse grupo dentro do governo o seu
397 arrazoado contestando item a item os argumentos que foram apresentados para o

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

398 cancelamento do acordo, mas não só por isso, também porque o governo brasileiro tem falado
399 de forma bastante contundente sobre respeito aos contratos, então seria até estranho que, sem
400 grandes alterações no ambiente econômico ou concorrencial, ter-se um cancelamento desse
401 acordo com menos de 1 (hum) ano após ele ter sido renovado. Prosseguiu o Presidente do
402 CDFMM informando que o Ministério dos Transportes entende que não há motivos econômicos
403 ou concorrenciais novos e lesivos ao interesse nacional que levem a esse cancelamento,
404 porém, com relação aos "waivers", para aqueles serviços que não são oferecidos de maneira
405 nacional, o MT levará a ideia de concessão de "waiver" de forma mais abrangente, ou seja, em
406 vez de se fazer a concessão a cada alteração, faz-se um "waiver" anual, ou algum instrumento
407 que facilite e ofereça mais previsibilidade para a empresa que estiver pleiteando. Relatou que,
408 dos 5 (cinco) Ministérios que participam da discussão, somente o Ministério dos Transportes
409 encontra-se contrário ao cancelamento do convênio.

410 ✓ **Gestão ao Tesouro Nacional e Receita Federal do Brasil**

411 Citou o Presidente que a gestão junto ao Tesouro Nacional também já foi objeto de
412 esclarecimentos aos Conselheiros, agradeceu ao Conselheiro **Hugo Pedro de Figueiredo** pelo
413 elogio à Diretora **Laira Vanessa**, e esclareceu que a gestão junto à Receita também está
414 dentro desta discussão.

415 ✓ **Renovação da Não Incidência**

416 O Presidente do CDFMM informou que quanto à renovação da não incidência, na
417 semana anterior havia conseguido realizar reuniões junto à Casa Civil e ainda não houve um
418 acordo sobre o assunto, mas se conseguiu a autorização de tramitar uma Medida Provisória
419 (MP) com a previsão da renovação da não incidência. Esclareceu que estavam trabalhando no
420 âmbito dessa MP a possibilidade de repactuação de financiamentos, porém a Casa Civil
421 encontra-se contrária a qualquer discussão de repactuação, porque em termos conceituais
422 pode-se ter um setor que precisa mais que outro, e há uma dificuldade de ordem prática de se
423 definir qual o setor que merece uma MP para repactuação, pois todos estão passando por
424 momentos difíceis. Nesse momento a Diretora **Laira Vanessa** relatou mais detalhadamente
425 aos Conselheiros o andamento do assunto da renovação da não incidência.

426 ✓ **Francis José Cheuan** (Conclusões do Ministério da Integração sobre as 427 apurações relativas ao uso da conta vinculada e financiamento BASA/FNO pela 428 empresa)

429 Relembrou a Diretora **Laira Vanessa** que Francis José Cheuan havia utilizado o
430 recurso da conta vinculada para construir embarcação, tempos depois ele financiou com o
431 BASA, e então o BNDES trouxe o assunto ao CDFMM. O CDFMM deliberou então que a
432 embarcação do BNDES era a primeira, e que o BASA deveria conhecer o assunto, tendo sido
433 encaminhado ao BASA e ao Ministério da Integração. O Ministério da Integração avaliou, e o
434 BASA entendeu que não houve nenhum problema, pois Francis José Cheuan seguiu as regras
435 do FNO, por conseguinte houve pedido para dar conhecimento aos Conselheiros do CDFMM
436 que está tudo correto para o BASA. Informou a Diretora que este item da pauta visava dar
437 conhecimento ao CDFMM sobre a resposta que o Ministério supervisor do BASA encaminhou
438 por ofício em resposta à comunicação feita por deliberação no CDFMM.

439 A Diretora **Laira Vanessa**, ao ser questionada a respeito da nova resolução do
440 BNDES para administração dos recursos da conta vinculada, informou que pretende realizar,
441 em janeiro ou fevereiro, uma agenda de trabalho específica para discussão com os
442 Conselheiros sobre a conta vinculada e também sobre a questão de financiamento para
443 embarcação pronta que, a seu ver, são dois pontos que pedem urgência.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

444 A Diretora **Laira Vanessa** propôs a próxima reunião do CDFMM, 34ª Reunião
445 Ordinária, para o dia 27 de abril de 2017, às 14h30min, sendo confirmada por todos os
446 Conselheiros presentes com direito a voto.

447 A Diretora **Laira Vanessa** e o Presidente do CDFMM **Dino Batista** agradeceram a
448 participação dos Conselheiros e demais participantes e solicitaram que fosse lavrada a
449 presente ata, a qual, depois de lida e aprovada pelos Conselheiros, será por eles assinada.

450 Brasília, 01 de dezembro de 2016

451

452

453

454

455

456



DINO ANTUNES DIAS BATISTA

Ministério dos Transportes
Presidente do CDFMM



WILLIAM BAGHDASSARIAN

Casa Civil da Presidência da República
Conselheiro Titular



CELSO KNIJNIK

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Conselheiro Suplente



MARIA CARMOZITA BESSA MAIA

Ministério da Fazenda
Conselheiro Suplente



FÁBIO ROGÉRIO LEITE DE SOUZA

Marinha do Brasil
Conselheiro Suplente



LUIS ANDRÉ SÁ D'OLIVEIRA

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Conselheiro Suplente



JORGE RINTARO TERAMURA

Banco do Brasil
Conselheiro Suplente



ARIOVALDO SANTANA DA ROCHA


Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e
Offshore - SINAVAL
Conselheiro Titular

HUGO PEDRO DE FIGUEIREDO

Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima
SYNDARMA
Conselheiro Titular

JOSÉ REBELO III

Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial do Estado do
Amazonas SINDARMA
Conselheiro Suplente



EDSON CARLOS R. DA SILVA

Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CNM
Conselheiro Suplente

457